XI Congresso Brasileiro de História Econômica
12ª Conferência Internacional de História de Empresas
14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM HISTÓRIA ECONÔMICA
UFES Departamento de Economia CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Menores dentro da indústria têxtil: uma análise da Fábrica Bangu durante a Primeira República

Carlos Molinari Rodrigues Severino
Programa de Pós-Graduação em História/UnB

Resumo

No princípio da industrialização no Brasil, com a criação das primeiras grandes fábricas têxteis no Rio de Janeiro, que empregavam mais de mil operários, uma das principais fontes de mão de obra eram as crianças pobres que viviam nas imediações da Companhia. Com um discurso misto de paternalismo e de piedade para com esses meninos e meninas, o patronato incentivava a inserção cada vez mais cedo de menores aprendizes em suas Companhias. Pagando salários baixos, mas ensinando um ofício a eles, o trabalho infantil era compreendido, na Primeira República, como uma forma de educar e disciplinar várias crianças. No entanto, por trás deste discurso, estava um cruel realidade de jornadas estafantes de 10 horas, máquinas a vapor que podiam causar acidentes a qualquer momento e uma infância distante da alfabetização e do lazer.

Palavras-chave

Industrialização, movimento operário, trabalho infantil, Código de Menores, Primeira República.

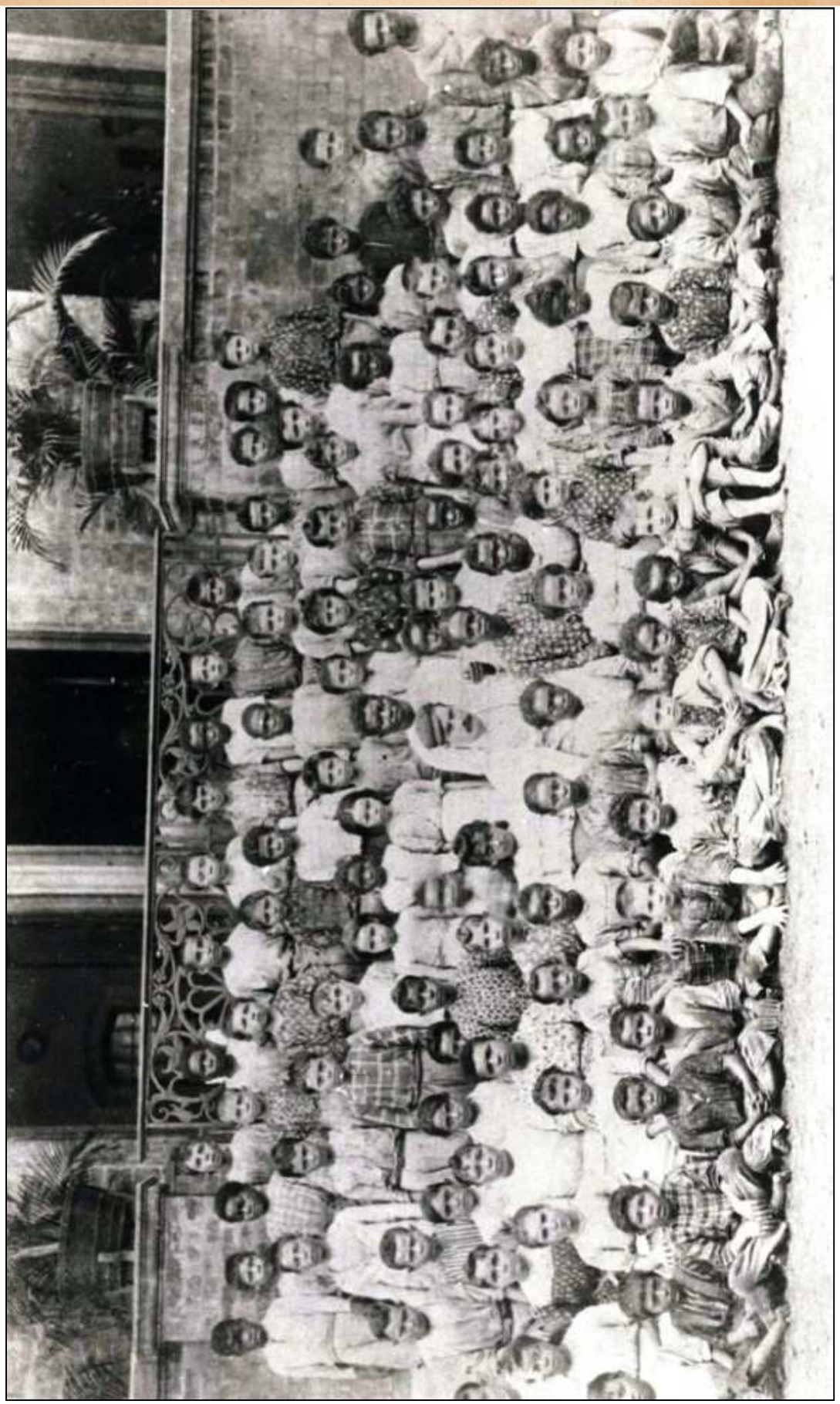
Em 1989, na ocasião do centenário da Companhia Progresso Industrial do Brasil – uma fábrica têxtil atualmente extinta, situada no bairro de Bangu, subúrbio do Rio de Janeiro – foi publicado um luxuoso livro que procurava remontar a trajetória da empresa, que tinha sido a maior do estado na produção de tecidos de algodão, no número de maquinários e na quantidade de trabalhadores.

Logo nas páginas iniciais há um conjunto de quatro fotos dos primeiros operários, que começaram a testar as máquinas e a se habituar com o sistema fabril, em 1892. Em uma delas, podemos ver três homens (um mestre e dois contra-mestres), algumas mulheres e várias crianças, bem mirradas, representando os trabalhadores da seção de cardas.

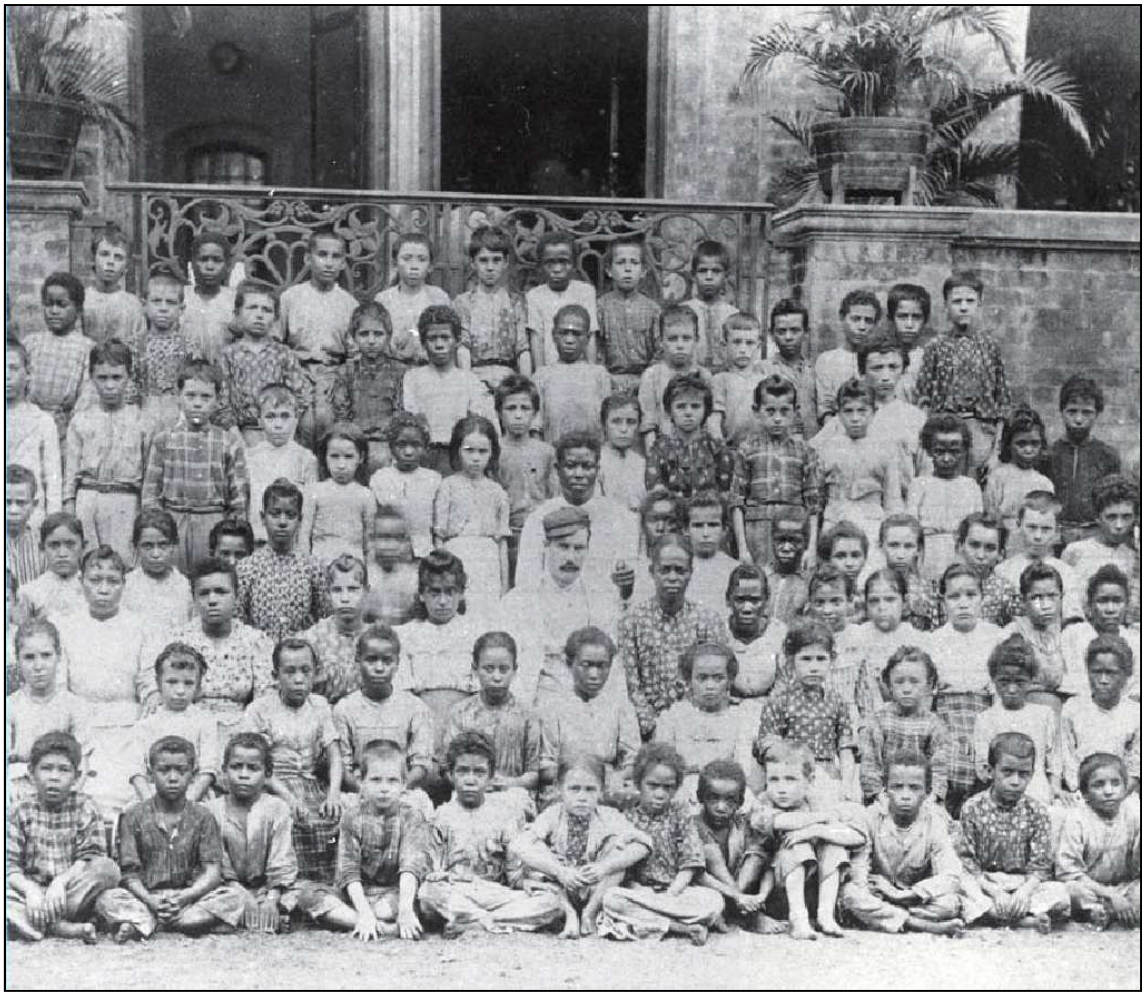
Para quem vê esta cena, em meio às outras três, ela já causa um certo incômodo pela sisudez dos rostos e o semblante sem vida dos petizes. Meninos e meninas de pouquíssima idade estavam ali, inseridos no sistema fabril, como comprova a fotografia do acervo do ex-operário Antenor Ferreira, que era uma espécie de "guardião da memória" do bairro de Bangu, para nos utilizarmos de uma expressão da historiadora Ângela de Castro Gomes[1].

No entanto, o livro publicado em 1989, de autoria da também historiadora Gracilda Alves de Azevedo Silva e patrocinado pela própria Companhia têxtil, não utilizou todas as fotografias dos primeiros operários, guardadas durante anos pelo "seu" Antenor. Uma delas ficou de fora da publicação. A imagem, aliás, ficou devidamente "esquecida" por mais de cem anos. Não aparecia em nenhuma revista, livro ou algo do gênero, que fizesse referência à fábrica de tecidos ou ao bairro operário de Bangu. A fotografia, também de 1892, mostra 94 criancinhas, todas vestidas com roupas semelhantes, acompanhadas de cinco mulheres negras e um mestre estrangeiro.

[1] GOMES, Ângela de Castro. *A guardiã da memória*. Acervo – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, volume 9, n°s 1 e 2, janeiro a dezembro de 1996, pp. 17-30.



Não há informações sobre qual seção trabalhavam ou se foi feita uma "chapa" reunindo todas as meninas e meninos da Companhia Progresso Industrial do Brasil no seu período de testes. Efetivamente, a fábrica só seria inaugurada em 8 de março de 1893, mas desde junho do ano anterior já estava em atividade.



Figuras 1 e 2 – Mestre estrangeiro de boina e bigode ao lado de cinco mulheres operárias e de 94 crianças. Baseando-se pela coleção de fotos existente, inclusive por estar na mesma locação, era óbvio que se tratavam de operários mirins da Fábrica Bangu, em 1892.[2]

A fotografia apareceu publicada, pela primeira vez, num guia para educadores da Organização Internacional do Trabalho, em 2001, sob o título "O trabalho de crianças

[2] ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Combatendo o trabalho infantil – Guia pra educadores*. Brasília: IPEC, 2001, pp. 24-25.

no passado brasileiro". A cartilha foi produzida para combater o trabalho infantil contemporâneo, mas dedicou algumas páginas para lembrar que, no país, esse tipo de mão de obra era muito comum, principalmente nas fábricas de tecidos. Mas, o que queria dizer esta foto específica em 1892?

Se analisarmos com um olhar anacrônico, culpando o industrial daquela época com as nossas regras atuais de proteção à infância, as fotografias dos operários-mirins serão sempre perturbadoras.

Para quem vê a imagem com o olhar de hoje, ela pode depor contra a própria instituição, mostrando a crueldade do trabalho fabril, em que colocava crianças – muitas delas descalças – para cumprir longas jornadas nas diversas seções em salas cuja temperatura era elevadíssima. No entanto, se olharmos com a ótica da época, o que se via era uma espécie de proteção, a fábrica dando um rumo na vida desses meninos pobres, ingressando-os desde cedo no mundo do trabalho. Não haveria lógica alguma em mandar retratar essas pessoas na época da fundação da Companhia, transformar essas imagens em "fotos oficiais", se não fosse para louvar o próprio estabelecimento. Com o passar dos anos é que a mesma imagem foi adquirindo uma carga negativa, a ponto de não poder ser incluída no livro do centenário da Companhia, em plena Nova República, em 1989.

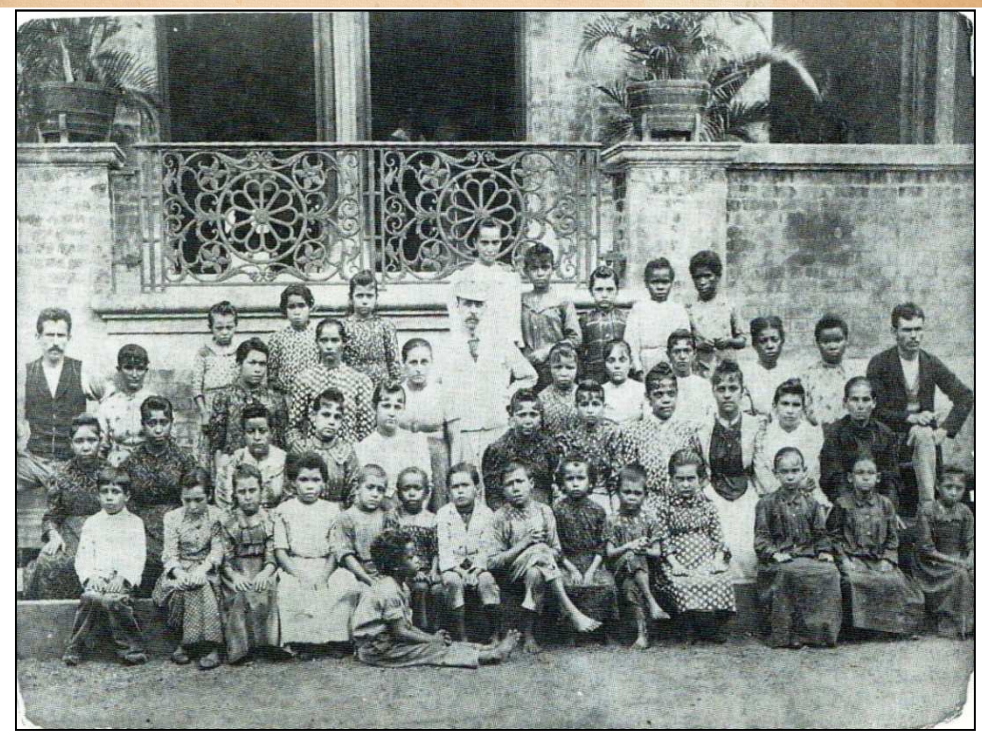


Figura 3 – Operárias e criancinhas da seção de cardas (1892). Arquivo de Antenor Ferreira (Nonô).[3]

Naquele final de século XIX, os empresários tinham a visão, amplamente difundida, de que os pobres eram uma classe dada à indolência se não fosse coagida a trabalhar. Esperava-se que os filhos e filhas das famílias paupérrimas que habitavam as vizinhanças da vila operária encontrassem no trabalho fabril uma ocupação apropriada e satisfizessem todas as suas necessidades de vida.[4]

As fotografias de 1892 servem para darmos rostos a esse contingente de trabalhadores. Nelas, vemos um mundo fabril repleto de crianças, constatando que a empresa utilizava em larga escala o trabalho do menor, em tarefas inicialmente simples como varrer as seções e limpar as máquinas, ou então, atuando diretamente na fiação, aproveitando o fato de serem pequeninos para substituírem as espulas cheias de fios por espulas vazias nos filatórios.[5] Segundo o historiador britânico Edward Palmer Thompson, "as crianças mais jovens enrolavam carretéis, e as mais velhas verificavam

[3] SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989, p. 27.
[4] STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979, p. 66.
[5] BASTOS, Ana Marta Rodrigues & WEID, Elisabeth von der. *O Fio da Meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil – Companhia América Fabril (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, pp. 183-184, 229.

eventuais defeitos, recolhiam sobras de tecidos ou ajudavam a acionar a lançadeira nos teares maiores".[6]

Empregando esses menores, como se estivessem dando proteção a essas famílias, o estilo "paternalista" dos industriais do final do século XIX é visto pelos historiadores contemporâneos, como uma forma de exploração racional da mão de obra.[7]

Oferecer um emprego e discipliná-las. Em outra fábrica – a Companhia América Fabril – um conglomerado de cinco indústrias têxteis no Rio de Janeiro – os diretores chegaram a elencar as brincadeiras das crianças dentro das seções como um dos 53 motivos passíveis de punição num livrinho impresso em 1922: "passar rasteira, fazer boneco de algodão, passar graxa no rosto do companheiro, jogar bola" estavam proibidos.[8]

Além de resistência à rigidez de comportamento exigido pelo mundo do trabalho, as brincadeiras sugerem que os pequenos operários também buscavam uma forma de quebrar a monotonia da rotina. Eles "aliviavam a tensão que permeava a situação de trabalho, resgatando minimamente o direito à infância e à adolescência, tão negado a esses trabalhadores".[9]

A *Gazeta de Notícias* chega a informar, em 1895, que na Fábrica Bangu havia "300 crianças de ambos os sexos, na maior parte nacionais".[10] O *The Rio News* – publicado pela colônia britânica –, um pouco mais preciso, informa que, em 1899, entre os 1.203 operários da Companhia, havia 558 homens, 286 mulheres, 205 meninos e 154 meninas.[11] Ou seja, do contingente de trabalhadores, 29,8% eram crianças.

Na visão da historiadora Eulália Lobo, o elevado número de mulheres e crianças, além de gerar uma economia para os industriais, que efetivamente ofereciam salários

[6] THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume II – A maldição de Adão*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012, p. 209.
[7] DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1986, p. 168.
[8] BASTOS & WEID (1986), p. 283.
[9] MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo" in: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999, p. 270.
[10] GAZETA DE NOTÍCIAS, 24 de novembro de 1895, p. 2.
[11] THE RIO NEWS, 26 de dezembro de 1899, p. 8.

menores a eles, ainda ajudava a enfraquecer o movimento operário, já que dificilmente esses dois grupos ofereceriam alguma resistência a seus patrões.[12]

Figura 4 – Na primeira fila desta seção têxtil, apenas operários-mirins. Todos eles descalços. **Acervo**: Museu do Futebol (SP).

Para uma fábrica que copiara modelos industriais britânicos desde a sua construção – toda feita no estilo arquitetônico chamado de "Britânica Manchesteriana", com tijolinhos vermelhos aparentes - a inclusão das crianças também seguia uma prática inglesa. Pesquisa feita pelo historiador Wade Tatcher mostrou que em Manchester e na vizinha Stockport, 49,9% dos operários tinham começado a trabalhar com idades inferiores a 10 anos e apenas 4,1% tinham ingressado no ambiente fabril entre os 18 e os 20 anos. De acordo com a mesma fonte, as fábricas dessas duas cidades empregavam a proporção de 51,3% de menores contra 48,7% de maiores de 18 anos, de ambos os sexos.[13]

[12] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. 2º Volume*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 530.
[13] THATCHER, Wade. *Child labor during the English Industrial Revolution*.

Olhando atentamente para o rosto desses personagens anônimos da história da Fábrica Bangu, é difícil não perceber que as crianças possuem uma aparência de miséria, sofrimento e abatimento[14], além de um semblante sisudo e embrutecido. Numa época em que toda a tentativa de regulamentação do trabalho dos jovens não saía do papel para a prática, eles representavam a mão de obra mais barata possível, afinal, eram aprendizes, o que justificava um salário menor, apesar de cumprir jornadas igualmente longas.[15]

Segundo os jornais, em 1903, os "aprendizes e ajudantes" da seção de cardas da Companhia de Fiação e Tecidos Alliança, nas Laranjeiras, ganhavam entre 3$200 a 3$700 por dia, enquanto um operário adulto recebia entre 4$000 e 7$000 (quatro mil réis e sete mil réis). Na seção de fiação, cada menino ou menina ganhava entre 1$200 a 1$300. Os práticos, porém, recebiam entre 2$000 a 3$000, sendo que todos trabalhavam das 6 horas da manhã até às 6 horas da tarde, com descanso apenas para o café e para o almoço.[16]

Para efeitos de comparação, uma prova de corrida "patrocinada" pelo diretor-gerente da Fábrica Bangu em 1904, com a participação de 60 meninos, realizada em um domingo de festa no bairro, pagava ao segundo colocado 10$000 e ao primeiro, 30$000 – quantias que significavam dias e dias de trabalho árduo desses menores.[17]

No entanto, boa parte da grande imprensa da Primeira República parecia ver com bons olhos a avultada quantidade de meninos numa fábrica têxtil:

> A quem, apesar da muito boa vontade, não chega a penetrar no conhecimento daquela criação inteligentíssima de aparelhos, é ainda mais agradável ver como lidam ali com a maior naturalidade, por entre aquele labirinto, desde a criança esperta e traquinas até o velho alquebrado e trôpego. Famílias inteiras encontram na fábrica de Bangu o pão para a boca e para o espírito.[18]

In: http://wathatcher.iweb.bsu.edu/childlabor Acessado pela última vez em 13 de novembro de 2014.

[14] ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002, p. 135-140.

[15] SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu - a fábrica e o bairro: um estudo histórico, 1889-1930*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1985, pp. 764-769.

[16] GAZETA DE NOTÍCIAS, 21 de agosto de 1903, p. 2.

[17] JORNAL DO BRASIL, 18 de junho de 1904, p. 5.

[18] GAZETA DE NOTÍCIAS, 12 de outubro de 1906, p. 2.

O problema do trabalho infantil já era conhecido do governo, pelo menos, desde o início da Primeira República. Para tentar regularização a situação, o presidente Deodoro da Fonseca assinou o decreto nº 1.313, em 17 de janeiro de 1891.

"Atendendo à conveniência e necessidade de regularizar o trabalho e as condições dos menores empregados em avultado número nas fábricas existentes na Capital Federal e, a fim de impedir que, com prejuízo próprio e da prosperidade futura da pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças", publicou 17 artigos que visavam regularizar a mão de obra infantil, especialmente na indústria têxtil.[19]

O trabalho industrial passou a ser proibido para menores de 12 anos, abrindo uma perigosa exceção no caso justamente das fábricas têxteis que poderiam empregar crianças de até 8 anos, embora com uma jornada de apenas três horas, segundo dizia o artigo 4º.

No artigo 10º, por exemplo, lia-se claramente que "aos menores não poderá ser cometida qualquer operação que, dada sua inexperiência, os exponha a risco de vida, tais como: a limpeza e direção de máquinas em movimento, o trabalho ao lado de volantes, rodas, engrenagens, correias em ação, em suma, qualquer trabalho que exija da parte deles esforço excessivo". Porém, até mesmo a grande imprensa, que costumava enaltecer as virtudes da indústria nacional, às vezes, abria espaço para notícias de acidentes de trabalho envolvendo esses menores.

Ainda na época da construção da fábrica, apesar de raramente aparecerem nos registros – formando junto com as mulheres uma espécie de "população invisível" – dois meninos de cerca de 14 anos surgem nas páginas dos jornais, vítimas de um acidente "em uma fábrica do lugar denominado Bangu". A *Gazeta de Notícias*, porém, coloca a nota de forma a parecer que Eloy Agenor da Silva e Pedro José Maria estavam "brincando" com um *troly* de conduzir areia, quando esta máquina virou sobre Eloy, que faleceu instantaneamente, por ter ficado com a cabeça esmagada. Pedro, com um pouco mais de sorte, ficou ferido em uma das pernas.[20] A mesma notícia, sem qualquer

[19] Decreto nº 1.313, de 17 de janeiro de 1891. Brasília: Câmara dos Deputados. Texto integral da norma jurídica, localizado em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html

[20] GAZETA DE NOTÍCIAS, 28 de março de 1891, p. 1.

informação adicional, foi reproduzida nas páginas de *O Paiz*, *Diário do Commercio* e *Diário de Notícias*.

O fato ocorreu em março de 1891, ou seja, dentro do prazo de seis meses dado pelo decreto 1.313 para que os industriais se adequassem às novas exigências do governo republicano. Mas este não seria um caso isolado. Se buscarmos com atenção, as notícias sobre acidentes de trabalhos envolvendo menores em fábricas têxteis, de quando em quando, surgem na imprensa notinhas deste tipo:

> Na Fábrica de Tecidos do Bangu foi vítima de uma máquina a vapor o menor Augusto, que ali era empregado. O infeliz menor veio a falecer em consequência dos ferimentos recebidos, sendo o cadáver removido para o depósito do cemitério do Realengo. A polícia da freguesia de Campo Grande, tendo certa desconfiança sobre a casualidade do fato, abriu inquérito a respeito e requisitam da polícia central a presença dos médicos legistas para procederam a autópsia no cadáver do desgraçado menor.[21]

Tantos casos de "infeliz menor" foram mudando a visão como a própria imprensa passou a enxergar o trabalho infantil. Numa visita à Fábrica Bangu, em 1906, o jornal *O Paiz* teceu uma crônica em que era fácil visualizar a condição de pobreza em que vivia a população operária do bairro:

> (...) São homens, mulheres e crianças, de várias origens, que se acham ligados pelos fortes laços da igualdade de condição. Ao amanhecer do dia, quando o apito soa, despertando-os para a luta cotidiana, erguem-se da cama estremunhados e dirigem-se à oficina, humildes e resignados à voz imperativa do dever. Meninos raquíticos passam a tiritar de frio. As raparigas usam, pela cabeça, chales baratos, cheios de fios de algodão, e trazem debaixo do braço guarda-chuvas ordinários. Caminham apressadas, arrastando os tamancos. Menos impressionante, embora, a fisionomia dos homens não deixa de causar tristeza.
>
> Dentro da fábrica, a promiscuidade é perfeita, mormente nas seções de tecelagem. Há tecelãs que trabalham com quatro a cinco teares, suplantando assim a maioria dos companheiros do sexo masculino.
>
> As crianças empregam-se nos serviços de cardas e fiação. Assim corre o dia até a tarde, quando novamente apita para a saída.
>
> Então, o espetáculo se torna divertido. Retiram-se todos em grupos, a brincar, dizendo pilhérias. Os meninos ainda têm animo para saltar pela estrada e praticar travessuras.[22]

[21] JORNAL DO BRASIL, 10 de maio de 1898, p. 2.
[22] O PAIZ, 16 de setembro de 1906, p. 8.

Mas eram as folhas operárias, tabloides com circulação reduzida, que rugiam ferozmente contra o trabalho infantil. A *Voz do Trabalhador* recomendava aos "jornalistas burgueses" que deixassem as belas confeitarias e fossem visitar as fábricas, onde poderiam constatar que ali labutavam crianças de seis a doze anos "em trabalhos superiores às suas forças e que, muitas vezes, inexperientes devido à sua idade, deixam-se fatalmente apanhar pelas máquinas" ou que com medo dos castigos dos contramestres limpavam as máquinas "com elas em movimento, do que resulta ficarem despedaçados nas engrenagens".[23]

Era o início do século XX, época em que a elite carioca pretendia transformar o Rio de Janeiro numa "Paris Tropical", período que ficou conhecido como "Belle Époque". Ao mesmo tempo, num movimento semelhante ao de "jogar a sujeira para baixo do tapete", havia uma tentativa de se ignorar a presença da "questão social", aparentemente resolvida através das reformas urbanas do prefeito Pereira Passos, mas que, evidentemente, estava impedida de se extinguir.[24] Os pobres operários das fábricas têxteis deveriam ter disciplina, ser ordeiros e não ter tempo para desfrutar do novo espaço urbano da cidade. Enquanto estivessem dentro de suas vilas operárias, sem tempo nem dinheiro para frequentar as novas avenidas, as praças, os teatros e os casinos, esses trabalhadores estavam cumprindo seus papeis dentro da ordem ilusória criada pela burguesia.

"No nosso país, nessa terra em que o progresso dos *boulevards* e das suntuosas avenidas constituem boa nomeada para os negócios públicos, não há quem olhe para a sorte das crianças operárias". Era este um dos parágrafos iniciais de uma vasta crônica escrita pelo jornalista Costa Rego para o *Correio da Manhã*, em 1907. Apesar de não ter visitado a Companhia Progresso Industrial do Brasil, em Bangu, a realidade vista pelo jornalista em uma fábrica da Gávea (ou a Fábrica de Tecidos Carioca ou a Fábrica de Tecidos Corcovado) e na Companhia de Fiação e Tecidos Alliança, nas Laranjeiras, era a mesma em toda parte. A conversa com o gerente que, orgulhoso, abre as portas da

[23] RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985, p. 138.
[24] HERSCHMANN, Micael & LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, p. 85.

empresa à visitação da imprensa é o momento em que se pode imaginar as relações de trabalho dentro de uma companhia têxtil.

> - Aqui, diga-me o amigo, há também crianças a trabalhar?
> - Oh, sim, há também crianças, mas empregam-se em serviços leves.
> - Não poderia vê-las, essas crianças?
> - Com o maior prazer. Venha cá, eu lhe mostrarei todas elas.
>
> O homem levou-me por umas outras dependências da fábrica. Aos meus olhos investigadores de minúcias começou então a se desenrolar um doloroso quadro de miséria.
>
> As crianças trabalham com os corpinhos tenros já definhados. Eram meninos e meninas, sem distinção, empenhados todos no serviço. Tinham aspecto de tuberculosos. Magros, as faces encovadas e os olhitos sombreados de olheiras fundas, mais pareciam esqueletos a se mexerem tetricamente naquele amontoado de engrenagens, de máquinas possantes, que se moviam ruidosamente, numa vertigem formidável de trabalho.
>
> (...) Olhei as criancitas, que se empenhavam no serviço. Conservavam o mesmo aspecto tristonho e apegavam-se ao trabalho como a uma coisa de que não podiam fugir e a que estavam irremediavelmente ligadas.[25]

O TRABALHO DAS CREANÇAS

A MISERIA DAS FABRICAS E DAS OFFICINAS

Como trabalham os pequeninos e de que maneira são tratados — Um quadro de dôr — Tuberculosos e sacrificados — A exploração dos salarios e a perversão das ruas.

Figura 5 – "O trabalho das crianças – a misérie das fábricas e das oficinas" era a manchete da matéria publicada pelo *Correio da Manhã*, em 21 de outubro de 1907.

As más condições de trabalho nas fábricas fizeram com que o I Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1906, aconselhasse "aos operários que não mandem os seus filhos para oficinas ou fábricas, senão quando eles tenham atingido a idade conveniente".[26] No entanto, era a própria situação de penúria

[25] CORREIO DA MANHÃ, 21 de outubro de 1907, p. 2.
[26] HALL, Michael McDonald & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil – documentos (1889 a 1930). Volume I – O movimento operário*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979, p. 55.

das famílias, muitas delas bastante numerosas, que obrigava os filhos a irem buscar trabalho na fábrica para ajudar na renda do lar.

Dessa forma, com pai, mãe e filho dentro do mesmo empreendimento têxtil, às vezes ocorriam cenas trágicas, como a que *O Paiz* noticiou em 1916, em que a operária Maria de Sá viu seu filho de 8 anos, Waldemar de Sá, ser esmagado pelo elevador hidráulico da Companhia Progresso Industrial do Brasil.

> Horrível desastre o que ocorreu ontem na Fábrica de Tecidos do Bangu. (...) Ontem, quando o infeliz menino esperava o elevador em que subiria ao pavimento em que trabalha sua mãe, distraiu-se, sendo apanhado pelo elevador que descia, ficou imprensado entre as grades, falecendo instantaneamente. O horrível desastre causou geral consternação entre os operários e a infeliz Maria de Sá, ao deparar com seu filho morto, foi presa de uma crise de nervos.[27]

As mortes continuavam ocorrendo e em letras miúdas eram anunciadas em alguns jornais, como que feito para ninguém ler. "Um menor, filho do operário João Melchíades, foi apanhado por uma das máquinas de fiação" – dizia o jornal *A Época*, em 1914[28], sem dar maiores detalhes sobre o drama familiar.

Estes acontecimentos devem ter transformado o ambiente na Fábrica Bangu nos dias em que ocorreram, instaurando um clima de tensão entre muitos outros operários que também tinham filhos empregados em alguma seção. O risco de um acidente era algo bastante presente na vida desses menores que, além de não disporem de dispositivos de segurança, diariamente colocavam-se em contato com as engrenagens das máquinas. Uma hora, o pior poderia acontecer...

Uma escola para os filhos dos operários

Realidade diferente tinha os filhos e as mulheres dos mestres têxteis da fábrica. Imigrantes ingleses, italianos e portugueses normalmente conseguiam melhores colocações dentro da empresa. Os britânicos eram contratados com todas as vantagens possíveis, afinal, possuíam um conhecimento das máquinas que os demais não tinham e ocupavam os cargos de "mestres" das diversas seções. Os demais europeus, por mais

[27] O PAIZ, 11 de junho de 1916, p. 6.
[28] A ÉPOCA, 19 de dezembro de 1914, p. 5.

que não fossem tão familiarizados com o trabalho fabril, viravam "contra-mestres", privilegiados pelo pensamento comum na época de que: "a imagem do imigrante associava-se à ideia do 'melhoramento', seja pelo branqueamento da população, seja a partir da divulgação ampliada de um *éthos* de trabalho".[29]

"Os estrangeiros eram considerados os operários mais adaptados ao sistema fabril e os mais especializados"[30], gente valiosa aos olhos do patronato. Enquanto que o trabalhador nacional, "sem preparo técnico, analfabetos em sua grande maioria, sujeitavam-se aos mais baixos salários e a condições de trabalho as mais terríveis".[31]

Dessa forma, aos 11 anos, numa idade em que muitas crianças brasileiras já estavam trabalhando na fábrica, o escocês Patrick Donohoe – filho do mestre de tinturaria Thomas Donohoe - ainda podia brincar. Seu nome aparece, em 1905, ao lado do inglês Albert Hellowell – filho do mestre de fiação Thomas Hellowell - como um dos integrantes do time infantil do Esperança Football Club, "mais uma sociedade de petizes" fundada para a prática do esporte, situada na região do Marco Seis, contígua à estação de Bangu.[32] É provável que se ainda vivesse na Escócia, o filho de Donohoe, com esta idade, já teria que estar trabalhando em alguma fábrica de tecidos.

Por mais que para jogar bola, ainda precisasse de outros 20 "coleguinhas", a escalação dos times do Esperança em 1905 traz sobrenomes portugueses, como Gomes, Ribeiro, Barbosa, Rocha, Pereira, Granado, Campos, Araújo, Silva, Figueiredo, Medeiros, Lobo, Lopes e Oliveira, crianças que, apesar de a revista indicar apenas os sobrenomes, dificilmente estariam entre os 205 meninos que trabalhavam na Fábrica Bangu, e que representavam 17% da mão de obra empregada.

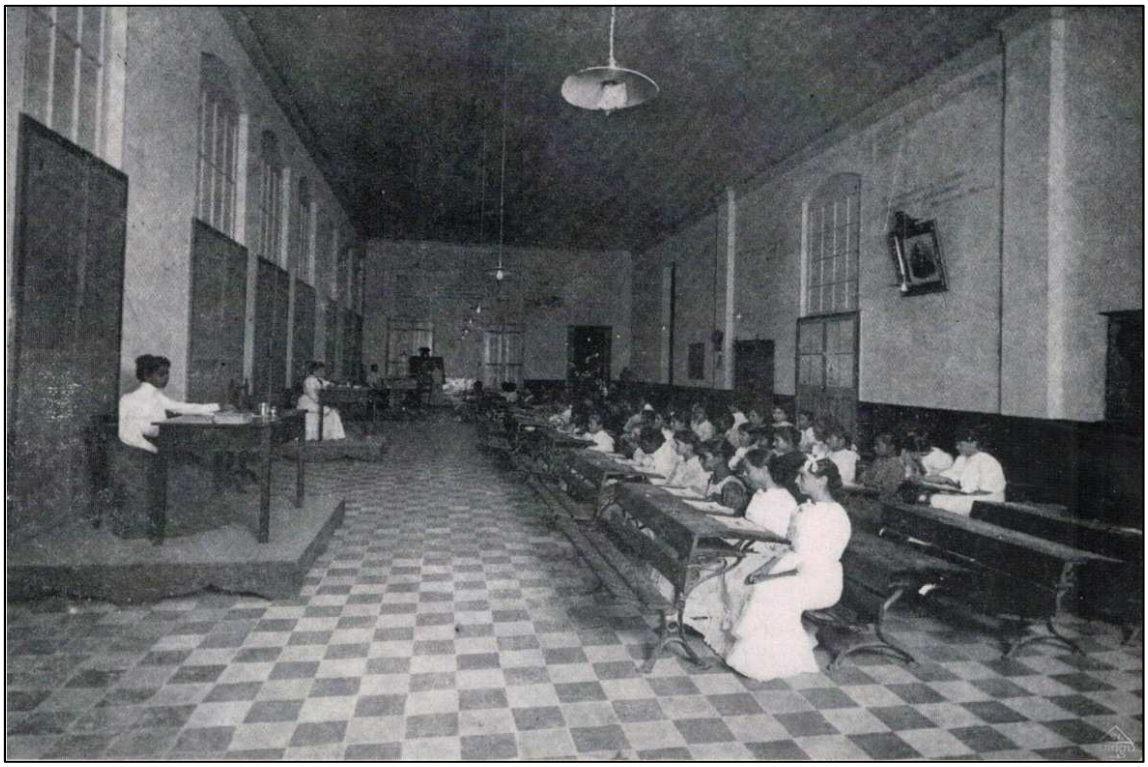
Assim, é possível verificar que mesmo dentro da vila operária havia distinção entre as crianças que iam ou não trabalhar na fábrica. Quem possuía melhor condição financeira, não colocaria seu filho para o "sacrifício" das exaustivas jornadas de 10 horas por dia, propiciando ao garoto uma infância mais tranquila, com o direito de jogar

---

[29] SCHWARCZ, Lilia Moritz. "População e sociedade" in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História do Brasil Nação – A Abertura para o Mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012, p. 36.
[30] BASTOS & WEID (1986), p. 232.
[31] BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República – De 1889 a 1930. 2ª edição*. São Paulo: Edições L. B., 1962, p. 260.
[32] REVISTA DA SEMANA, nº 281 - 1º de outubro de 1905, p. 2731.

futebol, um esporte que, apesar de ser novidade no Brasil, já era costumeiramente praticado em Bangu, graças à maciça presença de técnicos têxteis britânicos no bairro.

Quando a Companhia cria, em 5 de julho de 1905, uma escola – mantida com os próprios recursos fabris – para os filhos dos funcionários da fábrica, é provável que muitas crianças ainda ficassem de fora das salas de aula. Em outubro de 1906, o presidente Rodrigues Alves compareceu ao bairro para visitar a fábrica e fazer uma solene inauguração do educandário, que passou a receber seu nome. Na ocasião, a Escola Rodrigues Alves – dividida em turmas para meninos e meninas – contava com 230 alunos. A preocupação dos diretores das companhias em prover suas vilas de benfeitorias para os operários era algo comum naquele início de século XX. Dessa forma, ofereciam condições mínimas de vida e deixavam: "homens, mulheres e crianças, alegres, satisfeitos da sua sorte porque nada lhes falta: o médico, a farmácia, a escola, as diversões, o conforto";[33] ao mesmo tempo em que completavam lacunas que o próprio Estado deixava.



[33] JORNAL DO COMMERCIO, 12 de outubro de 1906, p. 1.

Figura 6 – Sala de aula exclusiva para as meninas da Escola Rodrigues Alves. **Acervo**: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcellos, em Bangu.

Na Escola Rodrigues Alves o aluno tinha aulas de composição, geografia, português, aritmética e ditado[34] e, em 1908, já ampliava as matrículas, chegando a ter: "cerca de 400 alunos de ambos os sexos".[35] Dois anos depois, em 1910, o número subia para 450. Mas, assim como no caso do Esperança Football Club, a educação das crianças era feita aos poucos: os filhos dos mais pobres continuavam trabalhando na fábrica e excluídos da alfabetização, como atesta este depoimento de uma menina, "que tem no máximo 12 anos de idade" à *Gazeta de Notícias*, em 1918:

> (...) - E você já sabe ler?
>
> A menina ficou um tanto envergonhada para responder e depois de alguma relutância disse:
>
> - O tempo é tão pouco para nós cavarmos a vida e se ainda perdermos horas em estudos, pior será. Enfim, se saber ler é muito bonito, nada nos adianta na fábrica, onde os mestres só dão valor à agilidade, aumentando os números dos teares conforme a ligeireza da trabalhadora. Há uma escola da fábrica, mas a sua frequência é muito diminuta relativamente ao número dos operários menores que a fábrica tem.[36]

Por mais que o discurso da "menina de 12 anos" esteja politizado demais e perfeito aos olhos de qualquer socialista da época – ainda mais em um período em que a fábrica estava em greve - causando-nos dúvidas se ela é uma personagem real ou se apenas um meio do jornalista expressar o que via naquela comunidade operária; o fato é que, mesmo em 1918, é possível que houvesse maior número de menores nos teares do que nas salas de aula. Neste ano, inclusive, o número de estudantes baixou consideravelmente, pois as instalações da escola acabaram transformadas em hospital, para socorrer as vítimas da epidemia de gripe espanhola, o que, ao menos, mostra a preocupação da fábrica com a população que vivia em sua vila operária.[37]

Em 1910, o político francês Georges Clemenceau visitou a Companhia Progresso Industrial do Brasil e os jornais noticiaram que ele assistiu a uma aula na Escola Rodrigues Alves. Na ocasião, felicitou "o aluno Pedro Borges, que chamado à pedra

[34] CORREIO DO BANGU, 6 de dezembro de 1908, p. 3
[35] O PAIZ, 29 de abril de 1908, p. 2.
[36] GAZETA DE NOTÍCIAS, 25 de novembro de 1918, p. 1.
[37] SILVA (1989), p. 89.

pelo professor Jacintho Alcides, deu satisfatoriamente ideia do mapa da França".[38] Em contrapartida ao êxito do garoto Pedro, o estadista não escondeu sua decepção ao ver meninos e meninas trabalhando nas diversas seções da fábrica.

Para Clemenceau, uma questão capital para o desenvolvimento de um país era o ensino primário obrigatório. Analisava que se os pais não tinham o direito de cortar os braços e as pernas de seus filhos, também não tinham o direito de lhes atrofiar o cérebro.

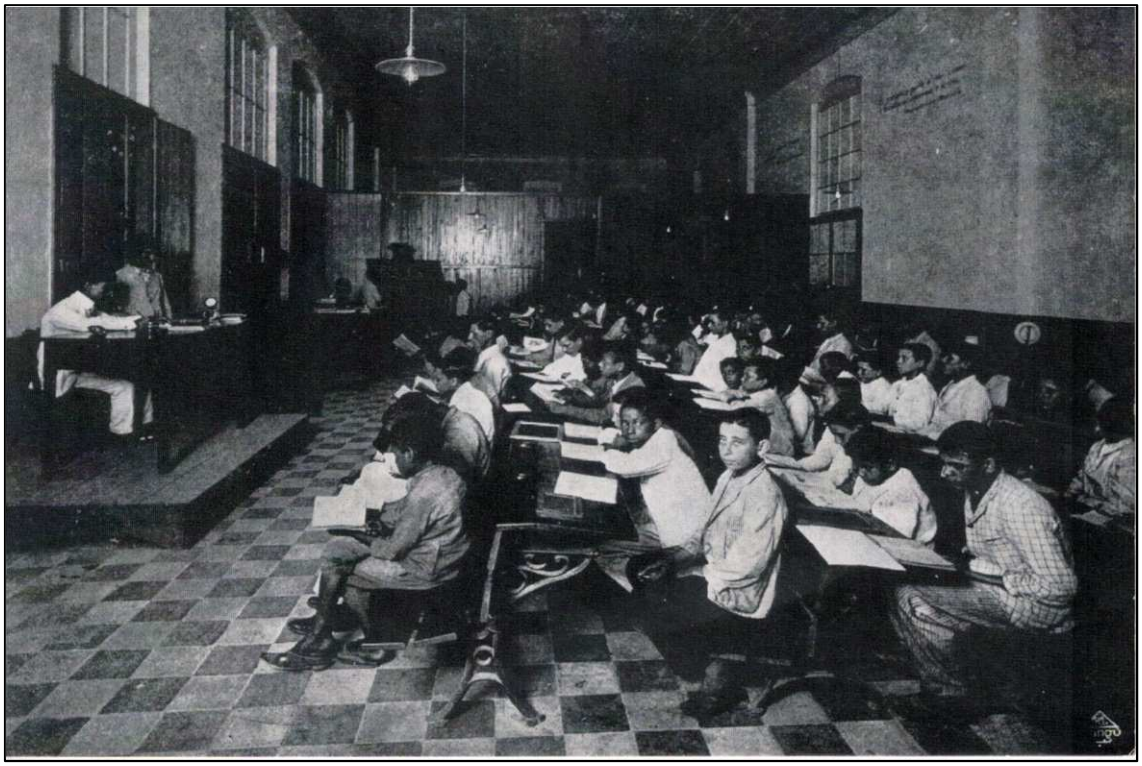


Figura 7 – Sala de aula exclusiva para meninos na Escola Rodrigues Alves. Ali eles cursavam composição, geografia, português, aritmética e ditado. **Acervo**: Grêmio Literário José Mauro de Vasconcellos, em Bangu.

> Os brasileiros, em muitos pontos, estão tão adiantados, senão mais, que os países mais civilizados da Europa, mas neste ponto, permite que vos diga que não. Tendes ainda muito a fazer no que diz respeito à instrução primária. Ainda ontem em uma vista que fiz à Fábrica de Tecidos no Bangu tive ocasião de observar o que acabo de dizer. Vi crianças de idade em que habitualmente devem ir à escola, já empregadas em diversos trabalhos da

[38] JORNAL DO BRASIL, 5 de outubro de 1910, p. 6.

> fábrica. Na França, Inglaterra, Alemanha, Suíça e outros países existem leis proibindo os proprietários de fábricas empregarem crianças abaixo de uma certa idade. Aqui, com tristeza, vejo, continua o orador, que isto não acontece. O Estado - acrescenta o sr. Clemenceau - tem obrigação de zelar pelas crianças, dar-lhes instrução; é uma das regras da democracia.[39]

Mas o que os pais das crianças-operárias podiam fazer isoladamente? Em 1914, segundo a análise das fichas funcionais feita pela historiadora Gracilda Alves, "foram contratadas mais mulheres do que homens e estas eram na sua maioria, apenas meninas". Nas fichas das meninas de sete anos, provavelmente todas analfabetas, uma funcionária da Companhia preenchia por elas: "assinado Maria Theodora Souto, por não saber escrever Anita Blanch".[40]

Eram essas meninas que cresceriam dentro da fábrica e que se tornariam as maiores vítimas das ações punitivas dos mestres das seções, como fica claro numa denúncia de um operário anônimo ao jornal *Voz do Povo*, que repreende a forma como as moçoilas são tratadas:

> Ainda ontem veio à nossa redação um camarada protestar contra a estupidez crassa do mestre de uma seção da fábrica do Bangu, João Augusto Couto. Contou-nos o camarada que este indivíduo, que atualmente é mestre da seção de meadas, seção onde trabalham exclusivamente moças, está praticando as maiores violências contra as operárias. A arrogância do tal mestre chega ao ponto de em um mandado qualquer, sem motivo justificável, insultar as moças, como se elas fossem suas filhas e suas escravas. Dentro da fábrica reina grande animosidade contra esse trapalhão. Os operários andam com vontade de fazer justiça. E é pena que ela não se faça já.[41]

A contratação dessas meninas deixa claro que a Companhia já não buscava mais mão de obra especializada, e sim, mão de obra barata. Era o ano inicial da Primeira Guerra Mundial e, sem saber até quando iria o conflito na Europa, as indústrias começavam a prever momentos de crise, que realmente vieram. "Até o algodão, desviado pela procura ultramarina e escasso para as fábricas locais, subiu de preço, passando de 900 mil réis por tonelada em 1914-1915 para 3.700 por tonelada em 1918".[42]

---

[39] O ESTADO DE S. PAULO, 7 de outubro de 1910, p. 5
[40] SILVA (1985), pp. 803-804.
[41] VOZ DO POVO, 28 de fevereiro de 1920, p. 1.
[42] DEAN (1986), pp. 102-103.

Com a guerra, a situação econômica das fábricas piorou e consequentemente a de seus operários. Mais do que a indignação com o trabalho infantil, foi a carestia de vida (inflação, perda do poder de compra e miséria acentuada pela escassez de abastecimentos) que fez a classe operária se organizar e iniciar uma série de greves gerais, pedindo desde aumento salarial e redução da jornada de trabalho para oito horas a regulamentação do trabalho da mulher e do menor – pautas que já existiam anteriormente, mas que nunca obtiveram êxito.

> Por causa da guerra, a importação de maquinários era mínima e, portanto, os operários, para enfrentar o aumento de produção exigido naqueles anos, e não podendo as fábricas aumentar seu número de máquinas, foram obrigados a trabalhar muito mais intensamente em turmas que se sucediam ao longo de um dia inteiro. A situação era bem diferente dos anos 1913-1914, quando a maioria dos estabelecimentos fechava por dois ou três dias durante a semana.[43]

Inspirados pela greve geral que paralisou São Paulo entre junho e julho de 1917, os operários das fábricas têxteis do Rio de Janeiro – incluindo a de Bangu – também cruzaram os braços várias vezes no final da década de 10. A Companhia Progresso Industrial do Brasil, então, passou por várias greves: entre 26 de julho a 1º de agosto de 1917 (sete dias); entre 18 a 26 de novembro de 1918 (nove dias); entre 2 e 23 de junho de 1919 (vinte e dois dias); entre 5 e 9 de janeiro de 1920 (cinco dias).

A pressão acabou fazendo efeito e, já em 1920, era adotada a jornada de oito horas de trabalho (das 7 horas da manhã às 4 horas da tarde, com uma hora de almoço), apesar de os patrões tentarem adiar o horário de saída para as 4h40, decisão que motivou a curta greve em janeiro daquele ano.[44] Em relação ao trabalho do menor, nada parecia mudar: em 1920 foram contratados 43 operários com menos de 17 anos – o menor deles tinha nove anos -, de um total de 79 admitidos, ou seja, 54% da nova mão de obra.[45]

Lei para inglês ver: o Código de Menores de 1926

[43] BIONDI, Luigi. "A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas". In: HALL, Michael McDonald (org.). *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth – Imigração, volume 15, nº 27*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2009, p. 268.
[44] GAZETA DE NOTÍCIAS, 6 de janeiro de 1920, p. 4.
[45] SILVA (1985), p. 808.

Promulgada em 7 de novembro de 1831, na época do Brasil Império, a primeira lei de proibição do tráfico Atlântico de escravos africanos para o Brasil é origem de uma das expressões mais populares no país, sempre utilizada quando se deseja fazer referência, sobretudo, a dispositivos legais pouco ou nada efetivos: "lei para inglês ver". Fruto das pressões exercidas pelo governo britânico, interessado na extinção do comércio negreiro, a lei Feijó foi praticamente ignorada por traficantes escravistas, e mesmo pelo Estado.

O mesmo pode-se dizer do Código de Menores de 1926, que instituía uma série de medidas protetivas à infância, mas que acabou sendo "letra morta" justamente no capítulo VI, o que regulamentava o trabalho das crianças.

A discussão sobre os malefícios dos trabalhos aos menores estava em alta após a era de greves gerais. Em São Paulo, Jorge Street – dono da Companhia Nacional de Tecidos de Juta – tinha tido a primazia de fundar uma creche para os filhos das operárias e, apesar de ser considerado um defensor das causas do proletariado, suas declarações sobre o trabalho do menor não deixavam dúvidas sobre qual era a mentalidades dos industriais durante a Primeira República.

Jorge Street afirmava que "os tecelões exageram a improbidade do trabalho da criança nas fábricas, desorientando a opinião pública. De fato, ocorrem alguns abusos, mas são exceções". E prosseguia afirmando que os pais haviam concordado que era de seu próprio interesse ver seus filhos e filhas trabalhando e recebendo seus salários. Se fossem deixados em casa enquanto os pais trabalhavam, "estariam expostos a todo tipo de tentação, a todos os vícios, aumentando, assim, o número de futuros delinquentes".[46]

O decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, foi assinado pelo presidente Washington Luís. Coincidentemente, em abril daquele ano, já eleito, mas ainda sem tomar posse, o novo mandatário do país visitou a Fábrica Bangu. É provável que lá tenha visto o trabalho dos menores com os bons olhos paternalistas de qualquer homem daquele tempo.

[46] MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 124.

O Juiz de Menores do Distrito Federal, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, estava decidido a colocar em prática o que estava escrito no capítulo VI do Código (artigos 59 a 72, que tratam da regulamentação do trabalho dos menores).

Os artigos estabeleciam a idade mínima legal de 14 anos para a admissão ao trabalho – abaixo desta idade, os menores só poderiam exercer a sua atividade em condições especiais, que a própria lei enumerava; e proibiam ao menor de até 18 anos de trabalhar mais de seis horas por dia, com um tempo de repouso intervalar mínimo de uma hora.

Logo, o Juiz de Menores recebeu um pedido do presidente do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, Carlos Rocha Faria. O C.I.F.T.A queria que a lei fosse aplicada paulatinamente. Como o novo código previa que os menores de 12 anos não poderiam mais trabalhar nas fábricas a partir da sua entrada em vigor, o Centro queria que: "o pequeníssimo número de menores desta idade deveria ser dispensado, naturalmente com tempo e cautela suficientes para não irritar o operariado"; que os menores entre 12 e 14 anos fossem conservados a título excepcional e, por fim, "até que o Congresso estude a remodelação do Código, os horários para o trabalho dos menores serão os horários vigentes nas respectivas fábricas". Ou seja, menos mudanças possíveis.

A questão da redução da jornada de oito para seis horas por dia, com intervalo de uma hora, era um caos para os industriais. Segundo a visão do C.I.F.T.A., havia uma completa interdependência entre as diferentes seções, sendo todo trabalho montado em cadeia, com uma seção servindo a outra, de modo que a matéria-prima bruta ia aos poucos se transformando. Qualquer paralisação em uma seção repercutia na seção seguinte. Logo, tornava-se impossível o trabalho em qualquer seção, com parte do pessoal em período de seis horas e o restante em período de oito horas. O C.I.F.T.A. explicou que as primeiras seções de uma fiação de algodão eram formadas por abridores, batedores, cardas, bancos grossos, finos e extra-finos, onde trabalhavam adultos, afinal eram as operações mais pesadas. Depois, as operações posteriores, por ser mais leves, eram quase na sua totalidade ocupadas por operadores menores de ambos os sexos entre 13 e 17 anos, que trabalhavam nas penteadeiras ou fiandeiras, bolandeiras, retorcedeiras e meadeiras.

Os salários desses menores eram baixos. Jovens entre 15 e 17 anos que trabalhavam nas penteadeiras ganhavam 180 mil réis por mês; as fiandeiras perfaziam 170 mil réis por mês. Para as idades entre 13 e 14 anos, o salário era menor. Para substituir as espulas cheias de fios por espulas vazias nas máquinas, durante oito horas por dia, ganhavam entre 70 e 80 mil réis. Só com o passar do tempo e o avanço da idade iam aumentando suas atribuições, passando a ser responsáveis por meia máquina e ganhando entre 90 a 100 mil réis mensais.

O Código de Menores de 1926 e outras leis de proteção à infância acabaram sendo consolidadas em um novo decreto. O de número 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, data que já era tida como "o dia das crianças" desde 1924, embora sem comemoração alguma.

Os industriais ainda conseguiram que uma emenda a essa lei fosse aprovada na Câmara dos Deputados, em 19 de dezembro de 1927, justamente quanto à questão dos horários e das pausas para descanso.

Porém, só em abril de 1929, o Juiz de Menores Mello Mattos resolveu aplicar os dispositivos do decreto (Capítulo IX, artigos 101 a 125) que se relacionavam ao trabalho nas fábricas, sendo especialmente rígido com o horário de seis horas para os operários de 14 a 18 anos.

Iniciou-se, então, os processos de infração, mandando autuar todos os gerentes das fábricas têxteis, multando cada um em 3:000$000 e ameaçando-os de prisão em caso de reincidência. As Companhias, apoiadas pelo C.I.F.T.A., apresentaram as suas defesas e requisitaram uma vistoria em seus estabelecimentos para constatação da natureza do trabalho dos menores. As diligências foram feitas por três peritos, dos quais, dois tinham sido indicados pelo próprio Juiz de Menores.

O resultado foi inteiramente diverso. Ficou provado, então, que o trabalho dos menores em nada lhes prejudicava a saúde e desenvolvimento físico. O Conselho Superior da Corte de Apelação do Distrito Federal, em acórdão unânime, ratificou os termos das vistorias, ficando assim garantido o funcionamento das fábricas têxteis do Distrito Federal e garantido o trabalho dos menores dentro do horário normal de 48 horas semanais!

Nas diligências, os peritos disseram ter ficado provado que, embora esses operários-aprendizes permanecessem mais tempo dentro das fábricas, o serviço efetivo não ultrapassava as seis horas diárias permitidas por lei. Em suma, mais uma vez o poder dos empresários conseguiu vencer a humanização das leis, e as autoridades cederam, não ao bem-estar do povo, mas aos interesses dos industriais e ao seu próprio interesse, decorrente da política fiscal desenvolvida.[47] Para alguns historiadores:

> Os patrões recorreram a toda sorte de argumentos, alegando desde razões puramente econômicas, ou técnicas, até aquelas que diziam respeito à ordem, à disciplina e à moralidade, elementos que somente poderiam ser garantidos mediante o trabalho, incansável e continuado, para todos os jovens.[48]

Conclusão

Pode parecer que o discurso da Companhia Progresso Industrial do Brasil – a Fábrica Bangu – era contraditório. Por um lado, empregava normalmente a mão-de-obra infantil em diversas de suas seções, sem se preocupar com as proibições de uma legislação que não coibia esta prática; por outro, erguia diversas benfeitorias em sua vila, incluindo uma escola para os filhos dos operários. Nos dois casos, no entanto, a fábrica era saudada pela grande imprensa: ou por dar emprego a centenas de famílias inteiras ou por dar oportunidade de estudo às crianças.

Na realidade, por ter comprado, em 1889, quatro imensas fazendas da região para ali construir uma fábrica e uma vila operária, a prefeitura do Distrito Federal entendia que Bangu era uma propriedade particular e os recursos destinados a Freguesia de Campo Grande jamais deveriam ser utilizados naquele bairro. Só em 1917 é que a fábrica "entregou" Bangu à prefeitura. Por isso, até então, tudo o que o bairro possuía – incluindo a escola, a igreja, o teatro, o campo de futebol, o encanamento de água, iluminação das ruas – "era fruto do esforço de sua gente com uma colaboração intensiva da fábrica", como ressalta o memorialista local Paschoal José Granado.[49]

---

[47] SILVA (1985), p. 766.
[48] DA SILVA, Josué Pereira. *Três discursos, uma sentença – tempo e trabalho em São Paulo (1906-1932)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996, p. 212.
[49] GRANADO, Paschoal José. *O alvorecer de Bangu*. Rio de Janeiro: edição própria, 1997, p. 21.

Na memória coletiva do bairro, a fábrica foi de uma generosidade ímpar com os moradores da localidade, impulsionando o progresso, graças a um sem número de melhoramentos na região e de vantagens oferecidas aos trabalhadores, como médico, farmácia e até mesmo, auxílio nos funerais. O emprego de menores, por mais que houvesse uma tentativa governamental de combatê-lo, é minimizado na história do bairro. "Éramos muito felizes, os vizinhos eram bons amigos e as crianças brincavam descuidadas naquela bela rua cheia de sombras dos pés de oitis" – descreveu o memorialista Murillo Guimarães, que passou toda sua vida em Bangu.[50]

Durante muito tempo, frase como, por exemplo, "eu trabalho desde os 10 anos de idade" era motivo de orgulho para qualquer adulto que olhasse para o seu passado. Uma trajetória laboral, que mostrasse que desde cedo já se ganhava dinheiro com o suor do próprio rosto, era enaltecida em várias partes do país durante todo o século XX.

É certo que vários trabalhos sobre movimento operário publicados na década de 1980 ajudaram o senso comum a ver como era sacrificante a vida dentro das fábricas têxteis e a lembrar que era com o suor de muitas crianças que as máquinas a vapor se movimentavam. Desta forma, livros como o de Edgard Carone (*Classes sociais e movimento operário)*, de Victor Leonardi e Foot Hardman (*História da Indústria e do Trabalho no Brasil - das origens aos anos 20*), de Margareth Rago (*Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*), de Elizabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos (*O Fio da Meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil – Companhia América Fabril - 1878-1930*) são exemplos de historiografia para quem quiser pesquisar sobre fábricas têxteis e operariado na Primeira República.

A Fábrica Bangu, como todas as outras indústrias têxteis do período, se beneficiou de uma situação em que havia farta mão de obra disponível, baixa capacitação e nenhuma escolaridade. Sob a alegação de ajudar as famílias mais pobres da localidade, empregou os filhos desses operários nos mais diversos serviços com o válido pretexto, sob a ótica da época, de ser aquele menor mais um integrante da família a colocar dinheiro dentro de casa, por mais insuficiente que fosse sua diária. Ademais, entrando tão cedo para o mercado de trabalho era de supor que, quando adulto, não lhe faltaria emprego na própria fábrica, mesmo que sempre nas condições de simples operário.

[50] GUIMARÃES, Murillo. *Uma rua chamada Ferrer*. Rio de Janeiro: edição própria, 1996, p. 9.

É bom lembrar que no Rio de Janeiro da Primeira República não era só na indústria que havia exploração do trabalho infantil. De modo geral, as cidades, apesar dos baixos salários, ofereciam mais oportunidades de trabalho, inclusive informais, como os de vendedor ambulante, engraxate e jornaleiro. A cidade representava um atrativo para a família inteira migrante do campo, pois acenava com a possibilidade de emprego para os adultos e seus filhos. Entre os operários, de uma maneira geral, o salário infantil era entendido como forma de complementar o orçamento familiar. No entanto, e ao contrário dessa expectativa, o agenciamento de mão de obra de crianças e adolescentes pressionava para baixo os salários dos trabalhadores adultos.

Portanto, os empresários se beneficiavam duplamente da precária situação de vida e de trabalho do operariado em geral. Souberam tirar proveito da grande quantidade de crianças que perambulavam pela cidade. Com um discurso que era um misto de filantropia e paternalismo, enalteciam o trabalho como uma suposta solução ou alternativa para a convivência nas ruas com seus riscos, seduções e vícios de toda ordem. Na insuficiência deste, recorriam a outro argumento, o do aprendizado. Na ausência ou omissão de políticas públicas em matéria de educação profissionalizante, os industriais alegavam propiciar o aprendizado de habilidades para o exercício de profissão ou função. Nesse caso, a tendência da prática empresarial era a de mal remunerar a mão de obra aprendiz, que acabou sendo a categoria mais explorada nas primeiras décadas republicanas.

Difícil saber a opinião das próprias crianças da época em relação a tantas horas de trabalho diário, de tantas infâncias perdidas sem estudos ou brincadeiras. É possível que compreendessem que seus destinos realmente passavam pela fábrica ou por algum outro tipo de serviço qualquer dentro da vila operária – tal como trabalhar em pequenos comércios - e que não havia outra escapatória possível para tantos meninos e meninas pobres do bairro. É provável que também invejassem as demais crianças que podiam frequentar a escola da Companhia ou jogar futebol no clube local, compreendendo que ali era um lugar mais alegre e saudável.

Da única vez em que uma operária-mirim, de nove anos, foi ouvida, durante a reportagem de Costa Rego, publicada no *Correio da Manhã*, em 1907, seu discurso estava totalmente alinhado com o pensamento da elite fabril da época:

> Pois não sabe o senhor que nós todos devemos trabalhar? Quando Cristo veio ao mundo só nos ensinou a trabalhar, e o mestre lá da fábrica, ao nos mandar ao estudo, só nos ensina isto: que o trabalho é riqueza, é virtude, é vigor. Por que então não havemos nós de trabalhar? O trabalho dignifica.[51]

E foi assim, vendendo a ideia de que o trabalho, desde cedo, dignificava aquelas crianças e contando com a falta de fiscalização do governo para cumprir a sua própria legislação, que diversas fábricas de tecidos transformaram muitas infâncias numa rotina arriscada, sem atrativos e repleta de sofrimentos, como é possível ver no rosto dos meninos e meninas retratados em 1892.

Figura 8 – Detalhe das crianças-operárias, que faziam diversas funções na Fábrica Bangu. Repare nos rostos contritos e na ausência de alegria ao posar para a lente do fotógrafo. **Acervo**: Museu do Futebol (SP).

[51] CORREIO DA MANHÃ, 21 de outubro de 1907, p. 2.

Bibliografia

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Antes de Marx. As raízes do humanismo cristão: textos e comentários*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2002.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República – De 1889 a 1930. 2ª edição*. São Paulo: Edições L. B., 1962.

BASTOS, Ana Marta Rodrigues & WEID, Elisabeth von der. *O Fio da Meada – Estratégia de expansão de uma indústria têxtil – Companhia América Fabril (1878-1930)*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

BIONDI, Luigi. "A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas". In: HALL, Michael McDonald (org.). *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth – Imigração, volume 15, nº 27*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2009.

DA SILVA, Josué Pereira. Três *discursos, uma sentença – tempo e trabalho em São Paulo (1906-1932)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1996.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *A guardiã da memória*. Acervo – Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, volume 9, nos 1 e 2, janeiro a dezembro de 1996.

GRANADO, Paschoal José. *O alvorecer de Bangu*. Rio de Janeiro: edição própria, 1997.

GUIMARÃES, Murillo. *Uma rua chamada Ferrer*. Rio de Janeiro: edição própria, 1996.

HALL, Michael McDonald & PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil – documentos (1889 a 1930). Volume I – O movimento operário*. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1979

HERSCHMANN, Micael & LERNER, Kátia. *Lance de sorte: o futebol e o jogo do bicho na Belle Époque carioca*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro. Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. 2º Volume*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978

MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. "Crianças operárias na recém-industrializada São Paulo" in: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Combatendo o trabalho infantil – Guia pra educadores*. Brasília: IPEC, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "População e sociedade" in: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História do Brasil Nação – A Abertura para o Mundo (1889-1930).* Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

SILVA, Gracilda Alves de Azevedo. *Bangu - a fábrica e o bairro: um estudo histórico, 1889-1930*. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 1985.

_____. *Bangu 100 anos: a fábrica e o bairro*. Rio de Janeiro: Sabiá Produções Artísticas, 1989.

STEIN, Stanley J. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Formação da Classe Operária Inglesa. Volume II – A maldição de Adão*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.